PARTE I PODER EXECUTIVO

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO XLVIII - Nº 006-A SEGUNDA-FEIRA. 10 DE JANEIRO DE 2022

www.ioerj.com.br



GOVERNADOR

Cláudio Romfim de Castro e Silva

ÓRGÃOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL Nicola Moreira Miccione

SECRETARIA DE ESTADO DO GABINETE DO GOVERNADOR Rodrigo Ratkus Abel

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO Rodrigo da Silva Bacellai

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO José Luis Cardoso Zamith

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA Nelson Rocha

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Vinícius Medeiros Farah

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS Max Rodrigues Lemos

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR Cel. PM Luiz Henrique Marinho Pires

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL

Allan Turnowsk

SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA Fernando da Silva Veloso

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL

Cel. BM Leandro Sampaio Monteiro

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE Alexandre Otavio Chieppe

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

Alexandre Valle Cardoso

SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA. TECNOLOGIA E INOVAÇÃO Sérgio Luiz Costa Azevedo Filho

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES Andre Luiz Nahass

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Thiago Pampolha Gonçalves SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E

ABASTECIMENTO

Marcelo Andre Cid Heraclito do Porto Queiroz

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA Danielle Christian Ribeiro Barros

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E **DIREITOS HUMANOS**

Matheus Quintal de Sousa Ribeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

Gutemberg de Paula Fonseca SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO

Gustavo Reis Ferreira SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

Uruan Cintra de Andrade

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO Jurandir Lemos Filho

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO GOVERNO Marœlo Cordeiro Bertolucci

SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA

Patrique Welber Atela de Faria SECRETARIA DE ESTADO DE ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

Antonio Ferreira Pedregal Filho

SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA À VÍTIMA

Tatiana Ribeiro Queiroz de Oliveira

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO EM BRASÍLIA

André Luís Dantas Ferreira

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA Séraio Zveitei

SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA DO CONSUMIDOR Leonardo Vieira Mendes

SECRETARIA DE ESTADO DE AÇÃO COMUNITÁRIA E JUVENTUDE Gelby Luis Justo Lima

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Bruno Dubeux

GOVERNO DO ESTADO www.rj.gov.br

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 47.915 DE 10 DE JANEIRO DE 2022

ALTERA O DECRETO 47.836, DE 22 DE NO-VEMBRO DE 2021, QUE DISPÕE SOBRE O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEI-RO DE 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista o disposto na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, nas Leis Estaduais nº 287, de 04 de dezembro de 1979, nº 9.000, de 09 de setembro de 2020, nº 8.730, de 24 de janeiro de 2020, e a nº 9.185 de 14 de janeiro de 2021, o disposto no Decreto nº 47.836, de 22 de novembro de 2021, e, por fim, o que consta do Processo nº SEI-150001/000716/2022,

CONSIDERANDO

- o previsto no Decreto nº 47.487, de 11 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece normas para execução orçamentária do Poder Executivo para o exercício de 2021;
- o disposto, inicialmente, no Decreto nº 47.836, de 22 de novembro de 2021 que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de
- o compromisso em manter o Estado em equilíbrio fiscal, alinhado com as normas estabelecidas no âmbito do Regime de Recuperação Fiscal visando a geração de recursos e também a redução de passivos: e
- a premissa de implementar e assegurar um ambiente administrativo e econômico mais sólido, transparente e confiável em todo o Estado, como instrumentos catalizadores para atração de novos negócios a fim de garantir o desenvolvimento continuado;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o art. 10 do Decreto nº 47.836, de 22 de novembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação

> Art. 10 - Sem preiuízo do que trata o inciso II do art. 7º deste Decreto, as obrigações descritas abaixo poderão ser pagas antes da inscrição definitiva em Restos a Pagar do exercício de 2021, ficando o pagamento das demais obrigações sujeitas à conclusão de todos os procedimentos para inscrição definidos pela Subsecretaria de Contabilidade Geral: I - de Pessoal Civil e Militar, Encargos Sociais, Obrigações

> Patronais e Transferências a Pessoas;

II - que acarretem a inscrição do Estado no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais - CADIN:

III - decorrentes de sentenças e custas judiciais; IV - decorrentes de juros, encargos e amortização da dívida

interna e externa:

V - demais despesas constantes de Encargos Gerais do Estado - Recursos sob a Supervisão da SEFAZ, não incluídas nos itens anteriores:

VI - as suportadas com recursos provenientes de operações de créditos;

VII - as despesas com programas estratégicos do Governo. sendo eles, Poupa Tempo, Observatório do Pacto, RJ Para Todos, Esporte um Direito de Todos, Pacto RJ, Supera RJ; VIII - as despesas de publicidade na forma do artigo 8°, X, da Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017; IX - despesas da área da Saúde: e

X - demais despesas de custeio com terceirização de serviços, envolvendo a prestação por meio de mão-de-obra contratada, seja por pessoa física ou pessoa iurídica.

§1º - No caso de objetos de gasto não tipificados nos incisos do art. 10, para fins de maior controle da execução e compatibilidade das despesas com a disponibilidade de caixa, os Secretários das Pastas deverão solicitar ao Governador, por meio de processos administrativos via sistema SEI, pedido de excepcionalidade para cada pagamento contendo justificativa e exposição das razões que justifiquem a realização das des-pesas em questão.

§2º - No caso da solicitação de excepcionalidade, nos termos previstos pelo §1º do art. 10, os processos administrativos deverão ser acompanhados de lista de despesas a serem pagas contendo além das obrigações já estabelecidas no referido parágrafo, prioritariamente, os seguintes dados:

I - UG Emitente:

Rio de Janeiro.

II - UG Pagadora; III - Número da NL; IV - Número da PD;

V - Fonte de Recursos; e VI - Favorecido (CNPJ e Nome).

§3º A Subsecretaria do Tesouro/SEFAZ deverá proceder com o pagamento das despesas elencadas em caráter excepcio-nal mediante autorização do Ilmo. Governador do Estado do

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os dispositivos em contrário

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2022

CLÁUDIO CASTRO

Secretaria de Estado da Casa Civil

ATO DO SECRETÁRIO E DO PRESIDENTE

RESOLUÇÃO CONJUNTA SECC/PRODERJ Nº 54 DE 10 DE JANEIRO DE 2022

> DESCENTRALIZA A EXECUÇÃO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO, NA FORMA A SEGUIR ES-**PECIFICADA**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CASA CIVIL - SECC e o PRE-SIDENTE DO CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E CO-MUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PRODERJ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 9.368 de 20 de Julho de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei do Orçamento Anual de 2022 (LDO), o Decreto nº 47.891, de 23 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a execução antecipada do Orçamento Anual do Poder Executivo para o exercício de 2022, o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários, e o que consta no Processo Administrativo nº SEI-150001/000109/2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma

I - OBJETO: Despesas por demanda de solução corporativa de serviços de web conferência, webinar e streaming de áudio/vídeo através da web com possibilidade de participação através de múltiplos dispo-

II - VIGÊNCIA: Início: 01/01/2022. Término: 03/11/2022.

III - DE/Concedente: 1401 - Secretaria de Estado de Casa Civil -

UO: 14010 - Secretaria de Estado de Casa Civil - SECC UG: 140100 - Secretaria de Estado de Casa Civil - SECC

IV - PARA/Executante: 1435 - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ.

| Atos do Poder Executivo | | |
|-------------------------|--|-----|
| | Gabinete do Governador | |
| | Governadoria do Estado | |
| | Gabinete do Vice-Governador | |
| | Vice-Governadoria do Estado | |
| | vice-Governadoria do Estado | |
| | ÓRGÃOS DA CHEFIA DO PODER EXECUTIVO (Secretarias de Estado) | |
| | Casa Civil | . 1 |
| | Gabinete do Governador | |
| | Governo | |
| | Planejamento e Gestão | |
| | Fazenda | |
| | Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais | |
| | Infraestrutura e Obras | |
| | Polícia Militar | |
| | Polícia Civil | |
| | Administração Penitenciária | |
| | Defesa Civil | |
| | Saúde | |
| | Educação | |
| | Ciência, Tecnologia e Inovação | |
| | Transportes | |
| | Ambiente e Sustentabilidade | |
| | Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento | |
| | Cultura e Economia Criativa | |
| | Desenvolvimento Social e Direitos Humanos | |
| | Esporte e Lazer | |
| | Cidades | |
| | Controladoria Geral do Estado | |
| | Gabinete de Segurança Institucional do Governo | |
| | Trabalho e Renda | |
| | Envelhecimento Saudável | |
| | Assistência à Vítima | |
| | Extraordinária de Representação do Governo em Brasília | |
| | Justica | |
| | Defesa do Consumidor | |
| | | |

UO: 14350 - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ.
UG: 403200 - Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ.
V - CRÉDITO
PROGRAMA DE TRABALHO: 04.122.0002.2016.

ocuradoria Geral do Estado...

AVISOS, EDITAIS E TERMOS DE CONTRATO

REPARTIÇÕES FEDERAIS ...

SUMÁRIO

Atos do Poder Legislativo

NATUREZA DE DESPESA: 3390.
FONTE DE RECURSOS: 100.
VALOR: R\$ 1.392,19 (um mil trezentos e noventa e dois reais e de-

zenove centavos).

PROGRAMA DE TRABALHO: 04.122.0470.4506

NATUREZA DE DESPESA: 3390 FONTE DE RECURSOS: 100

VALOR: R\$ 696,09 (seiscentos e noventa e seis reais e nove cen-

tavos)

Art. 2º - A prestação de contas final dos recursos descentralizados nesta Resolução Conjunta deverá ser acompanhada de parecer ela-borado pelo Controle Interno do Órgão Concedente, opinando quanto à regularidade da despesa nos termos do Decreto nº 42.436/2010, de 30/04/2010 e observando as disposições da Instrução Normativa AGE/SEFAZ nº 24, de 10/09/2013.

Art. 3º - Esta Resolução Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2022, ficando revogadas as disposições em contrário. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 2022

NICOLA MOREIRA MICCIONE Secretário de Estado de Casa Civil

JOSÉ MAURO DE FARIAS JUNIOR

Presidente do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação

ld: 2366852

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE 10 DE JANEIRO DE 2022

ESSO ADMINISTRATIVO Nº SEI-310003/002088/2021 RIZO, por competência estabelecida no artigo 1º, inciso I c/c §1º, do Decreto estadual nº 44.789/2014, louvado nas razões expostas pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos no âmbito do processo administrativo nº SEI-310003/002088/2021, a celebração de parceria entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos - SEDSODH e o Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, desde que observadas as recomendações tecidas pelos setores técnicos e jurídicos do concedente, pela Coor-denadoria de Convênios da Subsecretaria Geral da Secretaria de Estado da Casa Civil e pela Assessoria Jurídica da SECC.

ld: 2366869

AVISOS, EDITAIS E TERMÓS DE CONTRATOS

Secretaria de Estado de Saúde

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas nº 374/2021. PARTES: Fundação Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a empresa SOLI-DAIRE SERV. E EQUIP. MEDICOS LTDA. OBJETO: Tem por objeto a indenização pelo servico de instalação e locação de usinas geradoras